No mês de fevereiro passado a empresa Kroll publicou o seu Relatório Global de Fraude e Riscos 2016/17. Resultado de uma pesquisa realizada com 545 executivos seniores em todo o mundo.

Alguns pontos desta pesquisa me chamaram atenção. Uma delas é a constatação do que já sabia sobre o crescimento da incidência de fraudes de forma acentuada. 82% entrevistados relataram caso de fraude nos últimos 12 meses, contra 70% no ano de 2013.

É notório que a complexidade do ambiente corporativo e de negócios tem criado espaço para novos e mais complexo risco de fraude, sem que a empresa tenha possibilidades de se preparar para mitiga-los.

Um número crescente de ciberataques tem sido reportado e a pesquisa demonstra que 85% das empresas entrevistadas sofreram um ciberataque ou ocorrência de perda e roubo de informações.

Mas o que me chamou mais atenção foram três pontos diretamente relacionados com a pesquisa focada no Brasil. São elas:

- 68% de ocorrências de fraudes detectadas no Brasil, menor do que a média global de 82%,
- Aumento da percepção de exposição à fraude para 92% dos entrevistados,
- O principal meio para detecção foi a através dos trabalhos da auditoria externa.

Uma análise mais detalhada sobre os pontos acima me faz entender que os sistemas de controles internos existentes nas empresas brasileiras não são suficientes para detectar e/ou prevenir ocorrências de fraudes.

A falta de investimento, devido à crise econômica, nos processos de gestão pode ser um dos motivadores, mas acredito que a maior parcela disto é a falta cultural de consciência e comprometimento com os fundamentos de governança e compliance.

Não é papel dos auditores externos detectar fraudes. A empresa tem outros mecanismos de defesa, os quais devem ser mais apropriados para este objetivo, como por exemplo, o canal de denúncias, o qual no caso do Brasil, a detecção por este recurso está muito abaixo quando comparado com o resultado global.

Para reverter esta situação, as corporações no Brasil devem endereçar este assunto de forma clara e objetiva. Não é mais possível fingir que tem governança, ou que combatem a fraude e/ou a corrupção, seja uma empresa do setor privado ou do setor público.

A alta gestão tem que ter compromisso com as melhores práticas de governança. Ela deve ter consciência que os riscos existem e que os gastos com os processos de gerenciamento de riscos e controles internos são na realidade investimentos; primeiro porque aperfeiçoa o capital aplicado em sua estrutura organizacional, e em segundo, porque minimiza o possível impacto financeiro de uma perda gerada por fraude ou corrupção. A pesquisa demonstra que o custo médio das perdas financeiras por fraude é entre 1% a 3% do faturamento.

A empresa deve trabalhar e difundir em toda sua organização a cultura da gestão baseada em riscos. Não adianta nada a empresa contar em sua estrutura com gestor de riscos, auditores e especialistas em controles internos, se os gestores da empresa, em todos os níveis, não forem proficientes em riscos e controles internos.

A liderança deve ser visionária e comprometida com a ética; de nada adianta ter código de conduta ética ou programas de compliance se os seus líderes não exemplificarem em seus atos compromisso irrestrito com estes atributos.

A auditoria interna, como órgão de monitoramento independente, tem papel crucial em todo este

processo. O auditor é um dos agentes de mudança, mas para isto ele deve ter sua objetividade preservada através de uma postura profissional íntegra e ser proficiente em atuar em conformidade com as normas internacionais de auditoria.

Espero que as empresas, através de seus gestores, acordem para uma nova realidade, para um novo ambiente corporativo, onde o valor da empresa é construído não somente pelo valor gerado para as partes relacionadas, mas também, baseado em como ele é gerado.

Quem sabe, nas próximas pesquisas podemos nos deparar com um resultado mais positivo no processo de combate à fraude e à corrupção.

(13.03.2017)

CROSSOVER
CONSULTING & AUDITING